

EDITORIAL

O volume 7, relativo ao ano de 2025, dos **Cadernos Jurídicos da FADI** vem à luz num momento duplamente especial. Em primeiro lugar, porque seu lançamento integra o **I Congresso Interno de Pesquisa Acadêmica da FADI**, que registra e coloca à disposição de toda a comunidade o processo de consolidação da pesquisa que a instituição vem promovendo. Em segundo lugar, porque esse volume celebra a trajetória da bibliotecária **Brígida Alves de Lima**, pelos inestimáveis serviços prestados à comunidade acadêmica.

Tendo ingressado nos quadros da Faculdade de Direito de Sorocaba em 2010, Brígida Alves de Lima coordenou a biblioteca da instituição exemplarmente durante anos. Sempre à disposição de estudantes e de professores, defensora incansável do valor e das virtudes do livro, nossa bibliotecária é, de maneira mais ou menos evidente, presença constante em cada um dos trabalhos acolhidos nos Cadernos e uma das peças-chave de todo o esforço de pesquisa no interior da FADI. Assim, nada mais adequado do que, no ano de sua aposentadoria, prestarmos essa singela homenagem.

Quando ao conteúdo, a presente edição dos Cadernos segue acolhendo os destaques da produção acadêmica discente, com duas novidades importantes: dentre os trabalhos de iniciação científica, ao lado dos já consolidados grupos de pesquisa Neoliberalismo, Tecnologia e Direito (NTD) e Regimes Jurídicos da Tecnologia (RJT), incluímos, pela primeira vez, trabalhos desenvolvidos junto à **Cátedra Sérgio Vieira de Mello-FADI (CSVM)**, parceria entre a instituição e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e, ao lado das pesquisas em sede de iniciação científica e de trabalhos de conclusão, incluímos, também de maneira inédita, trabalhos resultantes das atividades de **Extensão**.

Os trabalhos de **iniciação científica** incluídos no presente volume e desenvolvidos junto ao grupo de pesquisa Neoliberalismo, Tecnologia e Direito (NTD) são: “As raízes neoliberais do identitarismo: a gestão fragmentada do direito na era da cultura *woke*” (Gabriella Nathália de Oliveira Bettim, Prof. Dr. Oswaldo Akamine Jr.), “Tecnologia e espaço urbano: análise crítica da plataforma *Smart Sampa*” (Isabelle Scheffer Rodrigues, Prof. Dr. Celso Naoto Kashiura Jr.), “Uma breve análise da mudança do papel do Estado à luz do neoliberalismo” (Karen Fernanda Scott Chagas Corrêa, Prof. Dr. Bernardina Ferreira Furtado Abrão) e “Concorrência e misoginia: como a lógica da concorrência mercadológica neoliberal estabelece um cenário propício para masculinistas e misóginos no ambiente digital” (Pedro Gueriero de Campos Lima, Prof. Dr. Oswaldo Akamine Jr.). Desenvolvidos junto ao grupo de pesquisa Regimes Jurídicos da Tecnologia (RJT): “Regulação da liberdade de expressão em períodos eleitorais: tensões entre o marco civil da internet e a resolução TSE nº 23.714/2022” (Ana Luiza Moura de Oliveira, Prof. Dr. Pedro Marques Neto), “A proteção de direitos na era da inteligência artificial: análises jurídicas quanto a direitos autorais” (Fernando Mascarenhas, Prof. Dr.

Antônio de Pádua Notariano Jr.) e “Tecnologia, inteligência artificial e provas no processo do trabalho: estágio atual e desafios do uso de instrumentos tecnológicos para a construção de soluções de conflitos justas nas relações laborais” (Isabela Alencar Bueno, Prof. Dr. Gilberto Carlos Maistro Jr.). E desenvolvidos junto à Cátedra Sérgio Vieira de Mello-FADI (CSVVM): “Refugiados ou deslocados ambientais? Um estudo de caso sobre o projeto de lei 1.594/24” (Ana Laura dos Santos, Prof. Dr. Celso Naoto Kashiura Jr.) e “O direito dos refugiados e migrantes em São Paulo: os impactos da estratégia de interiorização nas políticas públicas do estado” (Daniel Silva Eugenio dos Santos, Prof. Dr. Celso Naoto Kashiura Jr.).

Os **trabalhos de conclusão** agraciados com nota máxima e submetidos a bancas laudatórias, por orientador(a), são: Prof. Dr. Bernardina Ferreira Furtado Abrão – “Uma análise da fiscalização do ato administrativo exercida pelo Tribunal de Contas” (Adriana Cristina da Silva Graciano, Rafael Dias Paes), “A aplicação da lei geral de proteção de dados pessoais (lei nº 13.709, de 2018) na proteção e regulamentação do compartilhamento de dados sensíveis entre entes da administração pública conforme o princípio da finalidade” (Caroline Isabelle Vieira Barros Gretzitz, Laura Pereira de Bernardi); Prof. Dr. Gilberto Carlos Maistro Jr. – “Relativização da coisa julgada em ação de investigação de paternidade ” (Beatriz Prado Gomes, Gabriel Casqué Rodrigues dos Santos), “*Smart contract* e o direito autoral: impactos na responsabilidade civil na indústria fonográfica” (Emilly Leticia Franco), “*Sharenting*: os limites legais e éticos da exposição da imagem e privacidade infantojuvenis por responsáveis no Brasil” (Gabriely Romanholi Alfonso Carvalho, Laura Foltran Foltran), “A morosidade do sistema nos processos de adoção no Brasil: entraves jurídicos e impactos no direito das crianças e adolescentes” (Júlia Regina Ribeiro Schauer, Sophia Oliveira Alves da Silva); Prof. Dr. José Antonio Siqueira Pontes – “A influência da virada linguística no desenvolvimento da teoria do direito no século XX: uma análise das interseções entre a filosofia da linguagem de Wittgenstein com a teoria pura de Kelsen e o conceito de direito em Hart” (Fábio Luis Miwa Filho); Prof. Dr. Marcelo de Azevedo Granato – “O polêmico IGF: prós e contras” (Julia Bedran Martins, Milena Santos Fogaça), “*Cashback* como instrumento de justiça fiscal: fundamentos constitucionais e sua função redistributiva na tributação sobre consumo” (Maria das Graças Siegl); Prof. Dr. Oswaldo Akamine Jr. – “Liberdade de expressão e algoritmos: adultização e o poder das big techs nas redes sociais” (Erick Walter Mouro Borba, Guilherme Caselli Aragon); Prof. Ms. Denis Donoso – “Medidas coercitivas: um obstáculo à efetividade da execução?” (Isabella Rodrigues Chini, Mateus Recio Pelarini); Prof. Ms. Gustavo Escher Dias Canavezzi – “A trajetória histórica e as barreiras culturais e jurídicas para a adoção de um modelo regulado de *cannabis* no Brasil” (Felipe Ribeiro de Almeida Prado, Mariana Oliveira Hurtado), “O juízo das garantias e o sistema acusatório: perspectivas constitucionais” (Gabriel Dall’Oglio Cassiolato, Henrique Bellia Sola Aro), “A atuação da ANPD e os desafios estruturais para sua consolidação no Brasil” (Isabela Rodrigues Pinto, Maria

Augusta Grande Danieletto), “A renúncia de Fernando Collor e a consumação do processo de *impeachment*” (Joanne Oliveira Queiroz, Isadora Vieira Ferreira); Prof. Ms. José Francisco Cagliari – “Prisão preventiva: medida cautelar excepcional ou antecipação do cumprimento da pena” (Lucas Gabaldo Xavier, Julia Massagli), “A lei nº 14.843/24 e seus impactos nos direitos fundamentais: uma análise sob a perspectiva do direito a segurança” (Paola Mora Dias).

Fechando o volume, foram incluídos os seguintes trabalhos de **Extensão** desenvolvidos na disciplina Extensão IV, sob os cuidados do Prof. Dr. Oswaldo Akamine Jr.: “Deepfakes e direito penal” (Bianca Caroline Rocha, Estela Gemignani Soares Más, Kerolen Bianca de Freitas Perly Netto), “Discriminação algorítmica: os reflexos sociais da inseminação de conteúdos segregatícios em plataformas digitais no contexto do ordenamento jurídico brasileiro” (Beatriz Martins dos Santos, Bruno Henrique da Silva, Eduarda Flores Vieira de Moura, Gabriela de Carvalho Farrapo, Gabrielle Huber da Silva, Mariana Aparecida Cardoso de Moraes), “Inteligência artificial e prática da advocacia: limites éticos e jurídicos” (Beatriz Almeida de Oliveira, Emanuely de Oliveira Dias, Giovanna Beltramini Batista da Silva, Guilherme Lopes de Oliveira, Michel Fabiano Braga Nascimento) e “A infância como mercadoria: adultização no contexto do capitalismo de plataforma” (Andressa da Costa Borges, Ane Vitória Nascimento de Almeida, Cassiane Pereira da Silva, Larissa Maria Viegas Manfredini, Rafaella Araújo Pedrico).

Celso Naoto Kashiura Jr.

Editor